

OLIVEIRA, Edir Figueira Marques de. **Educação básica: imposição política ou pressão social?** (análise histórica da educação no Estado do Acre- 1962-1983). Niterói, UFF, 1988. 311 p. tese (mestrado)

É, sem dúvida, a característica da "originalidade" que perpassa todo o trabalho elaborado por Oliveira. Constituindo-se em uma dissertação de mestrado, esta foge aos parâmetros usuais de apresentação deste tipo de publicação. Apesar da norma adotada não estar sujeita aos rigorosos padrões metodológicos onde figurariam listas de objetivos e hipóteses, o critério com que é tratado o tema enunciado deixa transparecer a visão clara da linha metodológica.

Também "original" é a combinação do tema escolhido com o referencial teórico adotado. É feita uma análise da história da educação no Estado do Acre, no período que vai de 1962 a 1983, à luz dos conceitos neo-marxistas presentes nas formulações teóricas do atualíssimo pensador italiano Antônio Gramsci. O foco central da análise está situado na busca da compreensão dos mecanismos populares de luta pela educação básica.

Com o intuito de fornecer ao leitor uma visão global do contexto em que estão inseridas as questões educacionais observadas, a autora procura retratar o jogo de forças que inclui os setores político-social e econômico no Estado do Acre.

A fim de que tal tarefa seja levada a termo, são salientados três objetivos que constituem o mote de todo o trabalho. Como bem coloca Oliveira, são objetivos de sua dissertação "resgatar a memória do povo acreano quanto à política educacional e o jogo de correlação de forças entre as classes fundamentais em torno de sua determinação, no período de 1961 a 1983 (...); detectar o papel dos intelectuais neste processo (...); e "investigar em que nível a política

educacional do Estado reproduziu a ideologia e as diretrizes políticas da educação federal e em que medida os administradores educacionais possuíam uma concepção filosófica que os direcionasse na adequação dessa política às demandas sociais por educação básica".

A metodologia adotada, conforme o exposto pela autora, fundamenta-se nas bases do materialismo dialético como "guia para a investigação social".

Este método constituiu-se em ferramenta de extremo valor já que, através dele, é que, "de posse dos fatos", foi possível retomar "a teoria política de Gramsci para reinterpretá-los". "Enveredava pela história da educação brasileira para apreender a conjuntura nacional, com suas determinações históricas".

A justificativa para o estudo da história da educação no Acre baseia-se na constatação da precariedade, tanto em termos qualitativos como quantitativos, das produções deste tipo no país. No caso específico do Estado do Acre, há notícias de apenas uma iniciativa neste campo, que trata a história da educação acreana dentro de uma perspectiva meramente descritiva dos fatos até a data de 1962.

Dessa forma, a iniciativa proposta pela autora de historizar a origem da manifestação popular em torno da democratização da escola básica "é pioneira. Para tanto, escolheu os anos de 1962 e 1983, que, segundo sua percepção, constituem marcos democráticos, já que o período intermediário que vai de 1962 a 1983 é marcado pela presença do estado ditatorial.

Ao contrário do que sugere o título do trabalho, que traduz posições aparentemente antagônicas e excludentes, "imposição política ou pressão social", o trabalho tenta traduzir o "balanço do jogo contraditório", onde se dá a correlação de forças das classes fundamentais em torno da política educacional".

Sendo assim, houve necessidade de se buscar elementos de características dinâmicas e totalizadoras que concorressem para a reconstituição do período histórico em questão. Desse modo, o matéria/ utilizado foi de origem e qualidade variadas. Constituições, leis estaduais, planos e propostas orçamentárias, relatórios, mensagens e discursos de dirigentes, atas da Assembléia Legislativa, Conselho Estadual de Educação e Secretaria de Educação, bem como depoimentos de pessoas participantes de eventos de importância para a história da educação acreana contribuíram para a reconstituição precisa dos fatos selecionados.

Entretanto, como bem ressalta a autora, mais importante que o conhecimento dos fatos é a sua compreensão, e a análise desses se dá com base em dois referenciais. Um deles, baseado em Saviani (1987), trata da periodização utilizada para o estudo histórico, e outro, fundamentado na teoria política de Gramsci, colaborou para a categorização e caracterização dos períodos. Os conceitos tomados de Gramsci foram os de **Estado, bloco histórico, intelectuais orgânicos, partido político, relação pedagógica**, entre outros.

O trabalho constitui-se de três capítulos, uma introdução e conclusão. A divisão dos capítulos segue o roteiro de Saviani(1987), sendo que o primeiro capítulo trata do "Período da Democracia Restrita", de 1962a 1964; o segundo aborda a instalação da "democracia excludente", de 1964 a 1970, e o terceiro analisa a consolidação do período da "democracia excludente", de 1971 a 1973, além de focalizar o período em que se dá o início da "reorganização popular em torno das pressões pela educação", que é estudado até o ano de 1983.

No trato das informações, a autora ressalta a necessidade de recontextualização da teoria de Gramsci para que seja adequada ao conjunto de fatos selecionados nesse trabalho. Para tanto, classifica a situação social brasileira como uma sociedade capitalista dependente, periférica, e coloca que é, nesse contexto, que deverá ser compreendido o suceder dos fatos históricos que formam o panorama educacional no Acre.

O capítulo primeiro, que se constitui na análise do período da democracia restrita (1962-1964), mostra que este é marcado pela emancipação política do Acre, de território a estado, concluindo um processo que se arrastava desde o início do século. Este processo conviveu no setor educacional com a pedagogia de Paulo Freire e o Movimento de Cultura Popular, chegando ao novo estado por via oficial. Apesar do clima progressista existente no país em diversos setores, o educacional continuava recebendo pouca atenção. Inclusive, ressalta a autora, o início da desnacionalização nos processos de formação de educadores, desenvolvidos a partir dos acordos Brasil — EUA, que tomavam impulso àquela época.

Referindo-se às categorias explicitadas por Gramsci, a autora enxerga, nesta fase, a formação de um novo bloco histórico, oriundo da associação da c/asse política — emergente com a emancipação do Acre a estado - e a sociedade civil, e verifica a ação de intelectuais nesses processos de organização. Entretanto, estes intelectuais ainda eram formados nos grandes centros, já que o ensino superior ainda não estava organizado no estado.

O segundo capítulo estuda a instalação do período da democracia excludente (1964-70), que chega marcado pelo golpe militar e pela exclusão da sociedade civil da participação política.

O então governador do estado, eleito diretamente pela população no período anterior, é forçado a renunciar e em seu lugar é nomeado um membro do exército. Tem início, como cita a autora, o processo de ruptura do bloco histórico emergente no momento em que forças reacionárias instalam-se no poder. A sucessão de fatos demonstra que à semelhança de todo o país, o Acre sofre conseqüências diretas da forma de governo ditatorial. Iniciam-se, também, a desburocratização do Legislativo, a hipertrofia de Executivo, a repressão aos intelectuais de esquerda e a censura à imprensa; a administração centraliza-se e toma forças em processo de modernização administrativa. Neste processo inclui-se a prática do planejamento e a formação de intelectuais através de convênios com a USA/D, com base nos princípios do "pedagogismo" e do "psicologismo".

Outra característica essencial desse período fica por conta das ideologias de segurança e desenvolvimento, presente nos planos de educação e da ideologia da ascensão social via educação, como é explicitado no Plano Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970, e como consequência direta da importação da Teoria do Capital Humano, como referencial adotado para explicar e motivar as mudanças realizadas nos setores sociais e, em especial, no setor educacional.

Neste mesmo período, é criado o salário-educação, por pressão da demanda ao ensino médio, e tem início o longo processo de instalação do ensino superior no Acre. Paralelamente, os atos de cooptação dos estudantes tornam-se mais eficientes, a exemplo do Projeto Rondon e da obrigatoriedade das disciplinas Educação Moral e Cívica e Estudos dos Problemas Brasileiros.

O terceiro capítulo trata do período de afirmação da democracia excludente (1971-73) e, como coloca a autora, é no governo Médici que se instala o "autoritarismo triunfante", havendo, entretanto, uma passagem lenta e gradual para uma democracia relativa nos governos Geisel e Figueiredo. Esta passagem mais do que fruto de efetiva organização das camadas populares foi uma estratégia de conciliação política. Nesse período o Acre reconheceu uma época de franco desenvolvimento econômico, com apoio ao pequeno e médio produtor rural.

Contudo, é mais no final do período, especialmente de 1979 a 1983, que é clarificado o jogo de correlação de forças dos intelectuais orgânicos das classes fundamentais com reflexos diretos na educação. Há luta pela conquista da hegemonia, tanto política quanto econômica. O cerco começa a se fechar em torno da conquista hegemônica quando do engajamento dos intelectuais orgânicos em diversos setores tais como a igreja progressista, os sindicatos e associações diversas.

A política educacional, nesse período, caracteriza-se, então, por sua expansão e extensão. Entretanto, instala-se, tanto a nível nacional quanto estadual, o dilema qua/idade-quantidade. E é com base na luta pela escola pública que a educação se torna uma das bases das reivindicações populares, que já se organizam de modo mais efetivo.

Concluindo, a autora coloca que a história da educação no Acre traz, acima de tudo, a explicitação do papel do intelectual, sobretudo o da educação, nos processos de manutenção ou transformação social, enfatizando a importância que assume a categorização de intelectual orgânico presente na teoria política de Gramsci. Ressalta, neste ponto, a atuação dos padres da Igreja Católica, que passaram de intelectuais tradicionais a orgânicos.

Demonstra, ainda, que as relações pedagógicas não estão restritas à escola, e que se manifestam essencialmente nos mecanismos de organização para a participação.

Explicita que as instituições, como igreja, imprensa, escola, se mantiveram ao longo do período estudado, ora vinculadas à ideologia dominante, ora ligadas aos processos de modificação social.

Fica desta forma caracterizado o panorama sócio-político no estado do Acre, que demonstra a situação de dependência externa e interna de uma região que busca sua autonomia, tanto cultural quanto política. A importância da educação se dá dentro dos padrões explicitados por Gramsci, no contexto da consolidação de novo bloco histórico, através da formação de intelectuais orgânicos que levariam as classes populares à luta pela hegemonia.

Glucia Melasso Garcia